



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

**COMISSÃO EVENTUAL PARA A REVISÃO DO ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO**

RELATÓRIO INTERCALAR DA COMISSÃO EVENTUAL PARA A  
REVISÃO DO ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Horta, 14 de Junho de 2005



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **COMISSÃO EVENTUAL PARA A REVISÃO DO ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO**

#### **CAPÍTULO I**

#### **INTRODUÇÃO**

A Comissão Eventual para a Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, neste relatório denominada por CEREPa, foi criada por Resolução da Assembleia Legislativa n.º 4/2004/A, de 8 de Dezembro.

A CEREPa tem por objecto a análise das implicações da última revisão constitucional em matéria atinente às Regiões Autónomas, tendo em vista a identificação das suas implicações no Estatuto Político-Administrativo, com vista à sua revisão, bem como a determinação das soluções possíveis, com a finalidade última da eventual apresentação de uma proposta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) sobre a oportunidade de abertura do processo de alteração do Estatuto Político-Administrativo, acompanhada de uma proposta que identifique as principais matérias e normas que devem ser objecto de alteração.

Nos termos da Resolução que a criou, a CEREPa ficou constituída por 11 Deputados, sendo 6 do PS, 4 do PSD e 1 do PP, e deverá apresentar ao Plenário o respectivo relatório final no prazo de um ano a contar da data da sua constituição.

Integraram inicialmente a CEREPa, a Deputada Fernanda Mendes e os Deputados Francisco Coelho, Herberto Rosa, Hernâni Jorge, Nuno Tomé e Renato Leal, do Partido Socialista, Alberto Pereira, Clélio Meneses, José Bolieiro e Pedro Gomes, do Partido Social Democrata, e Alvarino Pinheiro, do Partido Popular.

A partir de 10 de Março, o Deputado José San-Bento substituiu o Deputado Renato Leal, que passou a exercer o mandato de Deputado à Assembleia da República, para que foi eleito em 20 de Fevereiro.



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **COMISSÃO EVENTUAL PARA A REVISÃO DO ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO**

#### **CAPÍTULO II**

##### **REUNIÕES EFECTUADAS**

A CEREPA reuniu nas seguintes datas e locais: em 11 de Janeiro, na Horta; em 11 de Março, na Horta; em 22 de Março, em Ponta Delgada; em 18 de Maio, em Angra do Heroísmo; em 20 de Maio, em Ponta Delgada; em 13 de Junho, na Horta.

Na primeira reunião, sob a presidência do Deputado Francisco Coelho, foi eleita a Mesa da Comissão que ficou constituída pelos Deputados Hernâni Jorge, presidente, Herberto Rosa, relator, e José Bolieiro, secretário.

Em 14 de Março, e em virtude de ter entretanto assumido as funções de presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, o Deputado Hernâni Jorge resignou à presidência da Comissão Eventual. Consequentemente, na reunião de 22 de Março, foi eleito Presidente o Deputado Francisco Coelho.

#### **CAPÍTULO III**

##### **METODOLOGIA DOS TRABALHOS**

Conforme dispõe o n.º 3 da Resolução n.º 4/2004/A, de 8 de Dezembro, a CEREPA deverá, na prossecução dos seus objectivos:

- a) Fomentar o debate público e a auscultação das entidades públicas e privadas que possam contribuir para a realização dos seus objectivos;
- b) Deliberar sobre o pedido de contributos técnicos a entidades públicas ou privadas de reconhecida idoneidade;
- c) Aceitar e discutir os contributos técnicos provenientes de entidades públicas ou privadas que possam colaborar na realização dos seus objectivos.

Neste enquadramento, a CEREPA, reunida em 22 de Março na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, aprovou a seguinte metodologia de trabalhos:



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **COMISSÃO EVENTUAL PARA A REVISÃO DO ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO**

- a) Fomento do debate público e a auscultação das entidades públicas e privadas:
1. Audição do actual e ex-Presidentes da Assembleia Legislativa;
  2. Audição do actual e ex-Presidentes do Governo Regional;
  3. Consulta escrita aos Partidos sem representação parlamentar que concorreram às eleições Regionais de 2004, aos Conselhos de Ilha e Universidade dos Açores;
  4. Disponibilização de uma caixa de correio electrónico no sítio da ALRAA e publicação de anúncios nos órgãos de comunicação social divulgando esta e outras formas de participação da generalidade dos cidadãos.
- b) Pedido de contributos técnicos a entidades públicas ou privadas de reconhecida idoneidade:
- Sem prejuízo dos contributos técnicos que possam ser disponibilizados à comissão eventual, propor a contratação de uma consultoria técnica que desenvolva – a pedido e sob orientação da comissão eventual – pareceres e relatórios técnicos que venham a sustentar o trabalho da comissão e uma proposta de revisão do Estatuto Político-Administrativo.
- c) Aceitar e discutir os contributos técnicos provenientes de entidades públicas ou privadas:
- O modelo de consultoria preconizado permitirá à comissão eventual um mais eficaz e progressivo debate e acompanhamento quer dos contributos recebidos quer das opções técnicas que se coloquem ao longo do seu percurso.

Na referida reunião foi também fixada a cronologia das acções a desenvolver pela CEREPa, a saber:



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **COMISSÃO EVENTUAL PARA A REVISÃO DO ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO**

- a) Proceder à identificação e contratação da consultoria técnica, às consultas escritas, à implementação dos mecanismos de participação dos cidadãos, bem como ao agendamento das audições que deverão decorrer durante os meses de Abril a Junho;
- b) Apresentar à ALRAA, no Plenário de Junho, um relatório intercalar dando conta das diligências efectuadas e dos progressos verificados;
- c) Aprovar o relatório final, sustentando uma proposta concreta de revisão do Estatuto Político-Administrativo, até 10 de Janeiro de 2006, de forma a que o debate do anteprojecto de lei possa ser agendado para a sessão plenária desse mesmo mês.

### **CAPÍTULO IV**

#### **TRABALHOS REALIZADOS**

Com vista a determinar quais as personalidades a serem ouvidas, na reunião de 22 de Março, a CEREPA deliberou solicitar aos partidos com assento parlamentar a apresentação, até 31 de Maio, de um memorando acerca do âmbito, sentido e alcance dos princípios norteadores da revisão do Estatuto Político-Administrativo. Na reunião de 20 de Maio, também realizada na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, a Comissão deliberou prorrogar aquele prazo até ao próximo dia 30 de Setembro, só depois se procedendo às diligências constantes dos n.ºs 3 e 4 da alínea *a)* e da alínea *b)* da "metodologia de trabalhos" enunciada no Capítulo III do presente relatório.

Ainda na reunião de 22 de Março, a CEREPA deliberou consultar os constitucionalistas Prof. Barbosa de Melo e Prof. Rui Medeiros, com vista à emissão de pareceres sobre a matéria objecto de apreciação. Está previsto que esta consulta seja efectuada até ao final do corrente mês de Junho.



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **COMISSÃO EVENTUAL PARA A REVISÃO DO ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO**

A CEREPÁ procedeu à audição do Dr. Álvaro Monjardino, Dr. Reis Leite e Dr. Dionísio de Sousa, ex-Presidentes da Assembleia Legislativa da Região, em reunião realizada no dia 18 de Maio, na Delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo.

O actual Presidente da ALRAA, Deputado Fernando Meneses, e o ex-Presidente da Assembleia e ex-Presidente do Governo Regional, Alberto Madruga da Costa, foram ouvidos pela Comissão na reunião de 13 de Junho, realizada na Sede da ALRAA , na cidade da Horta.

### **CAPÍTULO IV**

#### **TRABALHOS PENDENTES**

As audições ao actual Presidente do Governo Regional, Carlos César, e ao ex-Presidente da Assembleia, Eng. Humberto Melo, previstas inicialmente para o dia 20 de Maio, em Ponta Delgada, foram adiadas por motivos de agenda e serão agendadas oportunamente.

Em devido tempo será também agendada a audição ao ex-Presidente do Governo Regional, Dr. Mota Amaral.

Horta, 14 de Junho de 2005

O Relator,

Herberto Rosa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

Francisco Coelho